

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

78ª Reunião Plenária do CBH-SMT

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

Data: 20/03/2026

Local: Ibiúna - SP.

No dia 20 de março de 2026, de forma presencial, no Paraty Hotel Fazenda & Spa, situado na Estrada Municipal José Dias de Oliveira, em Ibiúna/SP, foi realizada a 78ª Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT, registrando-se a participação de 35 representantes dos segmentos Sociedade Civil, Municípios e Estado, conforme “Relação dos Membros Presentes na Reunião”, apresentada abaixo. Abertura: Antes do início dos trabalhos, houve a exibição de vídeos institucionais sobre o Comitê e o município de Ibiúna. Após os cumprimentos iniciais, foi composta a mesa diretora pelo Sr. José Carlos de Quevedo Junior, Prefeito de Araçoiaba da Serra e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT); Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, representante da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Campus Sorocaba e Vice-presidente do CBH-SMT; Sra. Laura Stela Naliato Perez, Secretária Executiva do CBH-SMT; Sr. Waldnir Gomes Moreira, Secretário Executivo Adjunto do CBH-SMT; e Sr. Mário Pires, Prefeito de Ibiúna. Foram registradas e agradecidas as presenças das demais autoridades e procedeu-se à execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino ao Município de Ibiúna. Na sequência, o Sr. Quevedo realizou pronunciamento destacando o potencial hídrico do município sede como polo produtor de água para a região, parabenizando os agentes locais pelas ações de conservação ambiental e associando a solenidade às celebrações do Dia Mundial da Água. Na oportunidade, o Sr. Quevedo informou sobre o lançamento do novo portal de comunicação (<https://cbhsmt.org.br/>) do CBH-SMT, ressaltando que a nova plataforma complementa o ambiente virtual da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (FABH-SMT). Dando sequência, o Prefeito Mário Pires saudou os integrantes da mesa e os demais prefeitos dos municípios de Alumínio, Capela do Alto, Sarapuí, Piedade e Itu, além dos representantes dos segmentos do Estado e da Sociedade Civil. Em seu relato, pontuou as características sustentáveis do Paço Municipal de Ibiúna, detentor da certificação internacional *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED), detalhando as estruturas de reúso de água pluvial, iluminação inteligente e pavimento permeável. Destacou ainda, o plantio de 30 mil mudas nativas para a formação do bosque municipal, as metas de universalização do saneamento básico por meio da nova estação de tratamento de esgoto no Rio Pirajibu e as parcerias institucionais firmadas com a Cooperativa de Reciclagem de Ibiúna (Coopernova) e com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) SOS Itupararanga. Logo após, o Sr. André agradeceu a presença de todos e pontuou o histórico de cooperação entre o município sede e o CBH-SMT, rememorando que a proteção do Reservatório de Itupararanga constituiu uma das primeiras pautas estruturantes do colegiado. A Secretária Executiva Sra. Laura e o Secretário Executivo Adjunto Sr. Gomes manifestaram-se na sequência, sublinhando a relevância do trabalho intersetorial desenvolvido no Comitê e aludindo à efeméride do Dia do Rio Sorocaba, do Dia Mundial da Água e do aniversário da municipalidade. Por fim, os trabalhos foram direcionados à Secretária Executiva para a leitura da ordem do dia. **2. Ordem do Dia** Na sequência, a Sra. Laura Stela informou o estabelecimento de quórum

regulamentar para o início da reunião, contabilizando a participação de 13 representantes do segmento dos Municípios, 5 representantes do Estado e 13 representantes da Sociedade Civil, procedendo, em seguida, com a leitura da ordem do dia. **2.1. Aprovação da Ata da 77ª Reunião Ordinária, realizada em 28/11/2025, presencialmente no município de Itu/SP.** O Sr. Quevedo propôs a dispensa da leitura da ata, tendo em vista que o material havia sido encaminhado previamente a todos os membros por correio eletrônico junto à convocação. Não havendo manifestações ou pedidos de retificação, o conteúdo da minuta foi colocado em votação e aprovado por unanimidade dos presentes. Dando continuidade aos trabalhos, no item **2.2. Apreciação e Referendo da Deliberação que aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê 2025 - ano-base 2024,** a palavra foi passada ao Diretor Técnico da FABH-SMT, Sr. Tiago Valentim Georgette, para apresentar a proposta da minuta. O Sr. Tiago cumprimentou o colegiado e pontuou que o referido relatório constitui instrumento fundamental da Política Estadual de Recursos Hídricos para subsidiar o documento consolidado do estado de São Paulo. Esclareceu que, embora a aprovação devesse ocorrer no final do primeiro semestre de 2025, os dados oficiais da Diretoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (DRHi/SEMIL) foram disponibilizados apenas em 5 de setembro de 2025, o que motivou a aprovação inicial da matéria por meio de ato *Ad Referendum* para cumprimento dos prazos estaduais. Registrou que o Quadro Síntese foi encaminhado ao Estado em 7 de novembro, enquanto o relatório final foi cancelado em dezembro pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI) e remetido ao órgão estadual em 30 de dezembro, encontrando-se disponível para consulta no endereço eletrônico oficial da agência. Relatou que a condução dos trabalhos técnicos coube ao Grupo de Trabalho da Unidade Gestora de Projetos (GT-UGP), sob a coordenação do Prof. Mauro Tomazela, representante da Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Votorantim, em conjunto com a CT-PLAGRHI, sob a coordenação do Sr. André, contando com o suporte da empresa Ebema Engenharia e Meio Ambiente Ltda. Na oportunidade, o Diretor Técnico alertou para uma divergência crítica identificada nos dados de outorga fornecidos pelo Estado, observando que a vazão outorgada na bacia registrou redução de 34,58 m³/s para 16,7 m³/s, o que representa um decréscimo de aproximadamente 52%, além de uma retração de 25% no volume outorgado para abastecimento público, cenário que gerou preocupação diante do quadro crítico de disponibilidade hídrica local. Em função desses índices, reportou o envio do Ofício CBH-SMT nº 43, de 31 de outubro de 2025, à Diretoria de Recursos Hídricos e à SP Águas solicitando esclarecimentos. Conforme resposta obtida em 10 de fevereiro de 2026 e discussões promovidas no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) no mês de dezembro de 2025, constatou-se que a redução decorreu de um processo de revisão estrutural do sistema estadual, com a exclusão de outorgas vencidas ou duplicadas, não significando uma diminuição real da demanda hídrica na região. Diante disso, definiu-se pela utilização dos novos dados oficiais acompanhados de ressalvas técnicas em nota,

situação semelhante à ocorrida nos comitês das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) e do Alto Tietê (CBH-AT), a fim de evitar a falsa percepção de superação da escassez hídrica. Em termos socioambientais, expôs que a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) possui perfil predominantemente agropecuário, com remanescentes florestais concentrados em Ibiúna, Piedade e Cotia, e na Floresta Nacional (FLONA) de Ipanema, sobressaindo-se as unidades de conservação de uso sustentável. Quanto aos indicadores de saneamento, demonstrou que a disponibilidade hídrica por habitante decresceu em razão do incremento populacional, ao passo que o índice de coleta de esgoto atingiu cerca de 90%, com 85% do montante coletado efetivamente tratado, resultando na redução de 74% da carga orgânica. Advertiu, contudo, que a carga remanescente ainda atinge o patamar elevado de 27 mil quilogramas de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) por dia, somando-se ao aporte poluidor proveniente da Bacia do Alto Tietê, embora alguns municípios já apresentem índices favoráveis no Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgotos da População Urbana de Município (ICTEM), restando demandas pendentes em drenagem urbana. Ao exibir o mapeamento das outorgas de interferência, evidenciou a severa pressão exercida sobre as captações subterrâneas, superficiais e pontos de lançamento pela concorrência entre os usos agrícola, industrial e urbano. No tocante ao balanço hídrico, asseverou que a bacia permanece em condição crítica, em especial na região do Médio Sorocaba, onde o consumo por vezes supera a capacidade de captação instalada. Ressaltou que, apesar de melhorias localizadas em determinados trechos e de alterações de coloração nos mapas apresentados, a vulnerabilidade cotidiana persiste para concessionárias de saneamento, indústrias e usuários rurais nos períodos de estiagem, com conflitos expressivos identificados nos rios Pirapora, Sarapuí e Sorocaba, mitigados parcialmente apenas nos pontos beneficiados pela regularização da vazão gerada pelo Reservatório de Itupararanga. Instaurado o espaço de discussão, a Sra. Ildeia Maria de Souza, representante do Instituto Plena Cidadania, indagou se o relatório em tela deixaria de retratar fielmente a real criticidade da bacia. O Sr. Tiago esclareceu que o questionamento motivou debates intensos na fase de análise, cogitando-se inclusive a rejeição do documento, porém deliberou-se pela aprovação com ressalvas explícitas uma vez que a rejeição comprometeria o cálculo e o repasse subsequente de recursos financeiros destinados ao CBH-SMT. Complementou informando que a matéria segue em aberto e foi reiterada em reunião ocorrida em janeiro de 2026 junto à Diretoria de Recursos Hídricos do Estado, conduzida pela Diretora Sra. Marcela Nectoux, manifestando preocupação com interpretações equivocadas dos dados. O Sr. André Cordeiro evidenciou que o saneamento do banco de dados efetuado pela Agência SP Águas pode ter eliminado registros inconsistentes sem uma validação de campo que confirmasse a cessação das atividades, o que gerou o descompasso entre os dados oficiais e a percepção prática dos usuários da bacia. Ratificou que a inclusão dos dados acompanhados de notas técnicas foi a alternativa adotada para resguardar as tratativas junto ao Estado e evitar distorções interpretativas decorrentes de anos com maior índice pluviométrico, que

mascam problemas estruturais de consumo. O Sr. Quevedo endossou a análise, apontando que outorgas vencidas podem ter sido suprimidas sem a verificação de pedidos de renovação em andamento ou de captações continuadas, demandando fiscalização contínua nos próximos levantamentos. Concluindo a exposição, o Sr. Tiago reforçou o papel do relatório como instrumento público de comunicação e pontuou que as objeções e ressalvas focam especificamente nos dados de outorga, mantendo-se a higidez e a confiabilidade dos demais indicadores históricos. Acrescentou que o processo ensejou a atualização do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PAPI), incorporando, a pedido do colegiado, recursos voltados à recuperação de áreas degradadas com análises confirmatórias e ações de gerenciamento de resíduos sólidos para combate à poluição difusa dos recursos hídricos. Mencionou que tais adequações foram integradas ao PAPI, aprovado em regime *Ad Referendum*, e que a temática orçamentária correlata ao Subprograma de Educação Ambiental seria detalhada no item 2.10 da ordem do dia, devido ao reestabelecimento de linhas de financiamento do Programa de Duração Continuada 8 (PDC 8) Comunicação e Capacitação. Retornada a palavra à presidência e não havendo novos pronunciamentos, Sr. Quevedo submeteu a minuta de deliberação ao crivo do plenário, sendo a mesma aprovada e referendada por unanimidade dos presentes.

2.3. Aprova o Plano de Ação e Programa de Investimentos - PAPI, para o período de 2024 a 2027, do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê 2016-2027, a palavra foi concedida à Sra. Laura, que esclareceu que o PAPI constitui anexo do Relatório de Situação e é elaborado com base no diagnóstico da bacia hidrográfica, servindo como instrumento para avaliar, revisar ou adequar as ações a serem desenvolvidas na região. Apontou que os ajustes necessários haviam sido apresentados e aprovados previamente por meio de ato *Ad Referendum* no encerramento do ano anterior, sendo a matéria submetida ao plenário para a devida homologação. Após a exposição, Sr. Quevedo abriu o espaço para discussão e, não havendo manifestações por parte dos membros, colocou a minuta de deliberação em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.

2.4. Apreciação e Referendo da Deliberação que aprova o Programa de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê, a palavra foi concedida ao Sr. Gomes, para apresentar a deliberação. Realizou breve explanação sobre o referido programa, parabenizando a Câmara Técnica de Eventos e Educação Ambiental (CT-EEA) do CBH-SMT, em especial seu coordenador, Sr. Allas Mairinque, representante da Prefeitura de Araçoiaba da Serra, pela condução dos trabalhos desenvolvidos. A aprovação por meio de ato *Ad Referendum* fez-se necessária para viabilizar, no presente ciclo, o recebimento e a análise de projetos de educação ambiental pelos tomadores candidatos ao financiamento Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) no pleito de 2026, acrescentando que duas propostas da área já haviam iniciado os trâmites de análise no âmbito do Comitê. Ressaltou, ademais, que a medida era indispensável para garantir o prosseguimento e a implementação do Programa de Educação Ambiental no CBH-SMT. Concluída a apresentação, o Presidente Quevedo colocou a matéria em apreciação e, não havendo manifestações, submeteu a

minuta de deliberação à votação, sendo a mesma aprovada e referendada por unanimidade. Na oportunidade, o Presidente relatou que o documento se encontra disponível no endereço eletrônico do Comitê para consulta pública, ressaltando que, embora as deliberações em plenário ocorressem de forma célere, todas as matérias haviam sido previamente debatidas nos grupos de trabalho e instâncias técnicas colegiadas antes da submissão ao plenário. **2.5. Altera o empreendimento priorizado para uso dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos indicado pela Deliberação CBH-SMT nº 504, de 28 de novembro de 2025.** O Sr. Gomes informou que a proposta tratava de alteração em demanda induzida anteriormente aprovada, esclarecendo que inicialmente estavam previstos dois projetos voltados à comunicação institucional, cujos recursos financeiros serão tomados pela Fundação Agência SMT. Contudo, visando maior economicidade e melhor operacionalização da contratação, optou-se pela unificação das propostas em um único empreendimento. Esclareceu que, em razão dessa unificação, tornou-se necessária a alteração da deliberação anterior, passando o empreendimento a ser denominado “Projeto para Comunicação Social e Difusão de Informações Relacionadas à Gestão de Recursos Hídricos da UGRHI 10 – Sorocaba e Médio Tietê Comunica SMT”. Ressaltou ainda, que a medida não acarretou modificação nos valores previstos. Após a apresentação, a matéria foi colocada em discussão e, não havendo manifestações, o Presidente submeteu a deliberação à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **2.6. Aprova o Plano Anual de Aplicação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos e das despesas de custeio para o exercício 2026, e dá outras providências.** O Sr. Quevedo convidou a Diretora Administrativa e Financeira da Agência SMT, Sra. Júlia Gomes, para apresentar a proposta em tela. A Sra. Júlia cumprimentou o colegiado e esclareceu que a deliberação estabelece os montantes disponíveis para investimento na bacia no exercício vigente e discrimina a origem das receitas. Detalhou, inicialmente pelo Anexo III, os saldos comprometidos e disponíveis do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), englobando valores de projetos cancelados, concluídos, não iniciados e empreendimentos com recursos retidos, permitindo apurar o saldo para investimentos da UGRHI 10. Pontuou que tais dados provêm de relatórios oficiais do Estado, visto que a conta do FEHIDRO é única para todos os comitês paulistas, cabendo à Agência apenas realizar conciliações com base nesses demonstrativos. Informou que a arrecadação da cobrança e os rendimentos financeiros integram os recursos de investimento, deduzindo-se deste montante o custeio da Fundação Agência SMT, no montante de 10% da arrecadação. Na sequência, expôs o Anexo II, relativo ao orçamento da referida Fundação para 2026, relatando que o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo haviam fixado a despesa de custeio em R\$ 1.000.000,00 no final do exercício anterior; contudo, a Lei Orçamentária Anual (LOA) estimou a arrecadação global em R\$ 10.500.000,00 para 2026 e, por corresponder o custeio da agência a 10% desse total, promoveu-se uma adequação com acréscimo de R\$ 50.000,00, cuja atualização será submetida aos conselhos em abril. Prosseguindo com o Anexo I, esclareceu que a planilha atende ao modelo padronizado da

Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi/SEMIL), contendo parâmetros pré-definidos pelo Estado. A previsão de arrecadação para 2026 é de R\$ 10.500.000,00 e explicou que o plano concilia a previsão corrente com os ajustes do ano anterior, período no qual a arrecadação efetiva superou R\$ R\$ 10.500.000,00 frente à estimativa de R\$ 10.000.000,00, gerando saldo positivo de cerca de R\$ 1.164.000,00. Quanto ao custeio da agência, o repasse real atingiu R\$ 1.107.000,00 contra a previsão de R\$ 1.000.000,00, integrando-se os valores do Anexo II ao Anexo I no total de R\$ 1.050.000,00. No tocante aos rendimentos do fundo, registrou-se receita de R\$ 3.938.000,00 frente aos R\$ 3.400.000,00 previstos, projetando-se R\$ 4.000.000,00 para 2026, com a ressalva de que a redução da taxa Selic poderá impactar esse índice. Detalhou, ainda, as taxas do agente financeiro, indicando despesa efetiva de R\$ 592.000,00 para uma previsão de R\$ 650.000,00 (ajuste de R\$ 57.000,00 e previsão de R\$ 600.000,00 para 2026); em liberação do agente financeiro, o desembolso foi de R\$ 135.000,00 para previsão de R\$ 110.000,00 (ajuste de R\$ 25.000,00 e previsão de R\$ 136.000,00); e para o agente técnico, o gasto foi de R\$ 419.000,00 sobre a previsão de R\$ 320.000,00 (ajuste de R\$ 171.000,00 e previsão de R\$ 500.000,00), sem registros na rubrica de taxa de comissão. Deduzidas as despesas, garantiu-se o percentual de 90% da arrecadação para investimentos, equivalente a R\$ 9.450.000,00, acrescido de R\$ 1.295.000,00 em devoluções de contratos não reembolsáveis e dos saldos do ano anterior. Relembrou que o plano anterior deliberou disponibilidade de R\$ 16.974.000,00 e que o balanço atual dos empreendimentos no fundo atingiu R\$ 15.808.000,00, apurando-se o transporte parcial de investimentos em R\$ 4.254.000,00, o que resultou na disponibilidade final de R\$ 16.165.866,43 da fonte cobrança. Informou que o Comitê disporá de aporte adicional estimado em R\$ 877.000,00 da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), cujo rateio entre os CBHs é calculado pela DRHi com base em critérios pré-estabelecidos. Em complementação, o Sr. André informou sobre a reativação do Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança), sob coordenação da Sra. Eleusa Maria da Silva, representante da Associação dos Rotary Clubs do Distrito 4621, com o intuito de avaliar a defasagem dos valores da cobrança, congelados desde 2010. Evidenciou que a indexação pela Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) elevaria a arrecadação em 130%, ao passo que a correção inflacionária representaria incremento de quase 200%, aduzindo que o tema passará por estudo de consultoria técnica especializada. Salientou que o GT-Cobrança projeta submeter uma proposta de atualização escalonada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) no futuro de forma a mitigar impactos aos usuários, ponderando que o volume de projetos protocolados este ano somou R\$ 85.000.000,00, o que impõe critérios rigorosos de seleção frente à disponibilidade orçamentária do Comitê. Concluída a manifestação e aberta a discussão pelo Sr. Quevedo, não houve intervenções, sendo a deliberação submetida ao plenário e aprovada por unanimidade. **2.7. Aprova a minuta de deliberação que aprova o parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT- PLAGRHI) do CBH-SMT, sobre o empreendimento “Ampliação de atividade de extração de calcário, localizado no**

município de Salto de Pirapora”. O Sr. André apresentou o relatório técnico referente ao referido projeto de ampliação, sob responsabilidade da empresa Votorantim Cimentos S/A. Esclareceu que o parecer técnico se originou da análise do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentado pelo empreendedor, discutido na 133ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI, realizada em 3 de março de 2026, com a participação de membros da câmara técnica, convidados e representantes da empresa. Esclareceu que o empreendimento prevê a ampliação da lavra e do depósito de estéril da Mina Ponte Alta I, bem como a instalação da Mina Ponte Alta II. Detalhou que a produção anual vigente de 4,6 milhões de toneladas de cimento, 1,05 milhão de toneladas de agregados para construção e 1,15 milhão de toneladas de calcário agrícola passará, com a expansão, para 7,42 milhões de toneladas de cimento, 1,9 milhão de toneladas de agregados para construção, 1,35 milhão de toneladas de calcário agrícola e 200 mil toneladas de arenito por ano. Comunicou que a vida útil estimada para a extração de cimento será estendida para 50 anos, enquanto os demais minérios possuem previsão de exploração superior a 100 anos, registrando-se que a Mina Ponte Alta I gera 5,6 milhões de toneladas de estéril anuais e a Mina Ponte Alta II produzirá 500 mil toneladas de cimento por ano durante uma década, gerando cerca de 270 mil toneladas anuais de rejeito estéril. Na sequência, expôs os principais impactos socioambientais e hidrológicos da expansão, ressaltando que a área de lavra passará de 86 hectares para 235,5 hectares, resultando na supressão de 43,7 hectares de vegetação nativa. Advertiu que o reflexo sobre as fontes hídricas é crítico, computando-se 8 nascentes afetadas, sendo 3 localizadas diretamente na poligonal de expansão e 5 nos limites da cava de mineração, além da ampliação do desvio já licenciado do Córrego Pedreiras, afluente do Rio Pirapora. Mencionou relatos de concessionárias de abastecimento público de Salto de Pirapora e Araçoiaba da Serra indicando que a retração da vazão do Rio Pirapora na estiagem compromete severamente as captações e distribuições locais, impondo a busca por fontes complementares, e reforçou que a perda de áreas de recarga e a eliminação de nascentes agravam o risco de desabastecimento. Esclareceu, consoante informações fornecidas por técnicos da mineradora à CT-PLAGRHI, que o bombeamento de água acumulada na cava ocorre de forma contínua apenas no período chuvoso, tornando-se intermitente ou nulo na estiagem. No tocante às medidas mitigadoras, expôs que o EIA/RIMA propôs a compensação ambiental no município de Iporanga, na UGRHI 11 – Ribeira de Iguape, situada a mais de 200 quilômetros do local; contudo, a câmara técnica manifestou-se contrária, por entender que a cobertura vegetal daquela região é significativamente superior à da UGRHI 10, não atenuando os impactos locais. Diante disso, o Vice-presidente apresentou as condicionantes propostas pela CT-PLAGRHI ao órgão licenciador, destacando: exigência de salvaguardas para garantir a vazão e a disponibilidade hídrica na estiagem; monitoramento hidrológico dos afluentes afetados no Rio Pirapora; manutenção de vazões mínimas de bombeamento da cava ao longo de todo o ano ou fornecimento alternativo de água às comunidades impactadas; obtenção da Declaração de Viabilidade de Implantação (DVI) junto à SP Águas antes da emissão da

Licença Prévia; e execução obrigatória da compensação florestal na Bacia do Rio Pirapora, priorizando Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas de recarga e de águas subterrâneas a montante das captações públicas de Salto de Pirapora e Araçoiaba da Serra. Por fim, informou que o parecer técnico será encaminhado à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) para instrução do processo de licenciamento ambiental. Colocada a matéria em apreciação e não havendo debates, a deliberação foi submetida ao plenário e aprovada por unanimidade. **2.8 Aprova o Relatório de Atividades 2025 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT**, a palavra foi passada para a Secretária Executiva, Sra. Laura, para apresentar a minuta de deliberação correspondente à prestação de contas das ações institucionais desenvolvidas pelo colegiado ao longo do exercício anterior. A Secretária Executiva relatou que, durante o período, foram realizadas três reuniões plenárias ordinárias — em 4 de março, 14 de agosto e 28 de novembro de 2025 —, cujas pautas e atas encontram-se disponíveis no portal eletrônico do comitê. Exibiu a produtividade e a expressiva atuação das instâncias consultivas e deliberativas, registrando a ocorrência de seis reuniões da Câmara Técnica de Eventos e Educação Ambiental (CT-EEA), dez da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), duas da Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA), oito da Câmara Técnica do Rio Tietê (CT-Rio Tietê), cinco da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN), além de duas reuniões do GT-Gestão de Projetos, onze do GT-Crise Hídrica, três do GT-Critérios, nove do GT-Águas Subterrâneas e uma do GT-Cobrança. No tocante ao acompanhamento de contratos com o FEHIDRO, apontou a indicação de doze empreendimentos em 2025, sendo dez custeados pelos mecanismos de cobrança e dois pela CFURH. Detalhou que o montante aportado pela cobrança totalizou R\$ 11.150.000,00, perfazendo um investimento global de R\$ 16.970.000,00 chancelados pela plenária, valor convergente com o teto de disponibilidade da bacia. Advertiu, contudo, que para o presente ciclo as demandas protocoladas somam R\$ 85.000.000,00, evidenciando a necessidade de seleção rigorosa orientada pela empresa técnica contratada; dos 25 projetos iniciais submetidos à triagem e aos prazos de complementação, apenas 12 preencheram os critérios finais para o repasse. Quanto às atividades integradas, comunicou o encerramento do GT-Plano, composto pelos comitês da Vertente do Alto Tietê, culminando na edição de um relatório comum que identificou oportunidades de integração metodológica e conceitual entre os seis Planos de Bacias, documento este homologado e disponibilizado publicamente. Na esfera do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH), discriminou a realização de seis reuniões em 2025, informando que tais agendas transcorreram estritamente no âmbito do colegiado principal, sem a instituição de subgrupos autônomos. Reportou que a função consultiva do Comitê no licenciamento ambiental abrangeu a análise de três empreendimentos estruturais: o Loteamento Jequitibá II e duas representações técnicas relativas à PCH Lavras, voltadas à integridade e à disponibilidade quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos. Esclareceu que a revisão do Regimento Interno teve suas tratativas iniciadas, mas não concluídas, postergando-se a deliberação. No acompanhamento do reenquadramento do Ribeirão Lavapés, reiterou a diretriz de fiscalização das metas aprovadas e esclareceu que o Comitê cobrará formalmente a SP Águas e a CETESB pelo envio dos relatórios consolidados de evolução de qualidade, ainda pendentes. Sobre a regulação de barramentos, assinalou que não houve novos regramentos gerais, prosseguindo-se o monitoramento hidroenergético mensal do Reservatório de Itupararanga pelo GT-Crise Hídrica, avaliando volumes úteis frente à nova

outorga emitida pela SP Águas em agosto de 2025. Mencionou, em paralelo, a formatação do plano de metas de 2026 e registrou as ações de difusão geridas pela Agência por meio de assessoria de comunicação, contemplando mídias sociais e o novo portal de notícias institucional unificado. Na vertente de capacitação profissional e produção científica, exaltou o envolvimento de representantes em programas de pós-graduação vinculados à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a conclusão de pesquisas de mestrado junto à UFSCar, fortalecendo a governança local, além da promoção de quatro oficinas técnicas para difusão de projetos encerrados. Rememorou as comemorações de 30 anos do CBH-SMT sediadas na Floresta Nacional de Ipanema em Araçoiaba da Serra, a elaboração do Relatório de Situação 2025 ano base 2024 e a reativação do GT-Cobrança. Por fim, destacou que as etapas iniciais para a revisão do Plano de Bacia e do Plano Estadual encontram-se em andamento em conjunto com a SEMIL e a SP Águas para a consolidação do Termo de Referência da contratação, enaltecendo a aprovação do Programa de Educação Ambiental como marco norteador regional. Concluída a explanação e aberta a discussão não houve manifestações, sendo a deliberação submetida ao plenário e ratificada por unanimidade.

2.9 Aprova o Plano de Trabalho do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê para o ano de 2026, a Sra. Laura foi convidada para expor a minuta de deliberação. Durante a apresentação, foi informado que o referido plano estabelece as metas e atividades institucionais do comitê para o corrente exercício, abrangendo ações ordinárias, planejamento, comunicação, capacitação e a efetiva implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. Inicialmente, evidenciou-se que o Comitê conta com cinco câmaras técnicas e seis grupos de trabalho, ressaltando-se a necessidade de fortalecimento dessas instâncias diante das dificuldades de participação dos membros, fator que tem impactado o andamento das atividades e a elaboração dos cronogramas internos de trabalho. Para reverter esse cenário, informou que a diretoria promoverá reuniões de alinhamento com coordenadores e relatores para dinamizar os fluxos, ampliar o engajamento e assegurar resultados mais efetivos. No âmbito das atividades ordinárias programadas para 2026, apreentou o calendário para a realização de três reuniões plenárias, com previsão para os dias 28 de agosto e 4 de dezembro de 2026, além das agendas periódicas dos colegiados técnicos e do monitoramento do Programa IntegraBacias do Estado de São Paulo, responsável pela contratação da empresa que executará a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas das UGRHIs paulistas, incluindo a UGRHI 10. Reportou-se, ainda, que o monitoramento dos contratos FEHIDRO será aprimorado com base no fluxo diário de dados do sistema estadual sobre liberação de parcelas, pareceres técnicos, prazos e inadimplências, estudando-se mecanismos para dar maior publicidade a essas informações. Em paralelo, manter-se-á a análise técnica dos projetos em que a Fundação Agência SMT figure como tomadora, bem como a representação junto ao FPCBH. No que tange aos instrumentos de regulação e planejamento, indicou o acompanhamento da contratação de consultoria para o estudo de viabilidade da revisão da cobrança pelo uso da água na bacia. Esclareceu que a medida pressupõe um diagnóstico detalhado contendo o histórico financeiro dos últimos dezesseis anos, a avaliação dos benefícios gerados pelas aplicações pretéritas, o mapeamento de investimentos futuros e a projeção dos impactos socioeconômicos do reajuste sobre os setores usuários, atendendo aos critérios do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) para posterior validação por decreto governamental. Adicionalmente, preveem-se debates sobre o regimento interno unificado das câmaras técnicas e grupos de trabalho, alinhando suas metas ao Plano de Bacia. No eixo de gestão ambiental e hídrica, informou-se que o Comitê acompanhará o reenquadramento do Ribeirão Lavapés, em Botucatu, por meio de relatórios de metas progressivas

dos órgãos competentes, além de promover discussões sobre os padrões de qualidade do Rio Tietê em seus pontos de entrada e saída na UGRHI 10, e avaliar as regras operativas de barragens na sub-bacia Alto Médio Tietê. Registraram-se também as ações de fiscalização sobre a concessão da usina de Itupararanga, no Rio Sorocaba, e o andamento das tratativas para a conversão do atual Grupo de Trabalho de Águas Subterrâneas em Câmara Técnica. Ressaltou-se que o referido GT tem apresentado destacada atuação em eventos e capacitações, encontrando-se em fase de consolidação do escopo de competências que subsidiará a proposta de criação da nova instância. Por fim, no segmento de comunicação e capacitação, pontuou-se a continuidade do Plano de Comunicação e a articulação de vagas no Programa Capacita-SIGRH e no mestrado profissional em parceria com a UFSCar. Estão previstas oficinas de resultados de projetos FEHIDRO finalizados, eventos temáticos e a execução do empreendimento unificado “Projeto de Comunicação Social e Elaboração de Material Educativo sobre a Bacia SMT para comunicação, divulgação e mobilização para gestão dos recursos hídricos”. Concluída a exposição e aberta a matéria à discussão pelo Sr. Quevedo, não houve intervenções por parte do colegiado, sendo a deliberação submetida ao plenário e aprovada por unanimidade.

2.10 Aprova o Plano de Ação e Programa de Investimentos - PAPI, para o período de 2024 a 2027, do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê 2016-2027. O Sr. Gomes informou que a proposta de adequação e reorganização do PAPI havia sido previamente discutida e chancelada pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI) em reunião realizada em 3 de março de 2026. Ressaltou a importância de apresentar novamente os fundamentos da proposta ao plenário, explicitando que a adequação decorreu da não inclusão do PDC 8 na revisão anterior do plano. Em razão dessa ausência, fez-se necessário promover reajustes nos valores previstos para viabilizar tanto as iniciativas gerais da área quanto a demanda induzida da Fundação Agência SMT voltada à implementação de empreendimento de interesse do Comitê. Esclareceu que a reorganização abrangia adequações orçamentárias na temática de educação ambiental prevendo recursos suficientes para contemplar a agência e os demais projetos concorrentes enquadrados no PDC. Advertiu que, caso a adequação não fosse referendada naquela oportunidade, o Comitê ficaria impedido de receber, analisar e financiar projetos vinculados à educação ambiental durante o processo de seleção e hierarquização do exercício corrente, comprometendo os investimentos no setor. Relatou que os montantes detalhados anteriormente, no item 2.6 da pauta, ainda não computavam essa alteração por depender a matéria de prévia aprovação do plenário. Pontuou que, com a anuência da deliberação, os valores seriam imediatamente corrigidos conforme a nova distribuição dos PDCs, assegurando a continuidade do processo de financiamento dos empreendimentos da bacia. Encerrada a apresentação e aberta a matéria à discussão, não houve manifestações por parte dos membros, sendo a deliberação submetida à votação e aprovada por unanimidade.

Informes da Secretaria Executiva: Iniciando os relatos, o Sr. Tiago Georgette prestou esclarecimentos sobre o programa Capacita-SIGRH, destacando a disponibilidade de 928 cursos gratuitos com certificação na Escola Virtual do Governo Federal (EVG), incluindo módulos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

(MIDR). Alertou para a importância do engajamento dos membros e do envio dos certificados à secretaria executiva, uma vez que o índice de capacitação integra os critérios estaduais de avaliação dos comitês para fins de rateio da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Na sequência, apresentou a atuação institucional do Comitê em instâncias superiores, por meio da participação do Presidente Quevedo e do Vice-Presidente André no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e no Colegiado do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). Relembrou que, na plenária do CRH de 18 de dezembro de 2025, foi apresentada a moção elaborada pelo Comitê em defesa da integridade do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), cuja repercussão mobilizou posicionamento conjunto dos 21 comitês paulistas. Também destacou a participação em duas agendas do COFEHIDRO, nas quais foram aprovados o documento orientador para aplicação de verbas de custeio, com normatização de despesas com eventos, gestão das agências e padronização procedimental, bem como a prorrogação dos prazos de desembolso do FEHIDRO em razão do período eleitoral. Na sequência, a Sra. Júlia, anunciou que o CBH-SMT conquistou, pelo segundo ano consecutivo, nota máxima na avaliação de desempenho do Estado, que considera execução físico-financeira do FEHIDRO, capacitação de membros, indicadores de gestão e transparência. Detalhou que o Comitê atingiu 100% de eficiência na aplicação dos recursos do fundo, sem devolução de projetos em 2025, cerca de 70% de adesão às capacitações, nota máxima no Relatório de Situação, pleno atendimento aos critérios de transparência e conformidade com os PDCs prioritários para investimento de recursos FEHIDRO. Esclareceu que, embora esse desempenho impacte positivamente o repasse da CFURH, a arrecadação próxima a R\$ 11.000.000,00 oriundo da cobrança pelo uso da água em 2025 reenquadrou o Comitê em nova faixa de arrecadação, alterando a fórmula de distribuição de recursos. Ao apresentar a prestação de contas da cobrança de 2025, detalhou que o valor cobrado total foi de R\$ 12.563.345,18, com arrecadação efetiva de R\$ 10.940.291,39 referente ao lote do exercício, correspondente a índice de adimplência de 87%. Acrescentou que a receita global alcançou R\$ 11.164.834,42 com a recuperação de passivos de exercícios anteriores, enquanto os rendimentos financeiros do FEHIDRO somaram R\$ 3.938.279,74. Registrou ainda repasses de R\$ 1.107.152,98 para custeio da FABH-SMT, R\$ 491.970,38 ao agente técnico (Consórcio Novo AT) e R\$ 135.704,03 ao agente financeiro (Desenvolve SP). Em complemento, o Sr. Tiago destacou a eficiência administrativa da fundação ao observar que o custo do agente técnico e financeiro do Estado correspondeu a aproximadamente metade do orçamento de custeio da Agência SMT. Prosseguindo, Tiago parabenizou a Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN) do CBH-SMT pela condução do workshop “A Importância das Tecnologias para o Avanço no Saneamento Básico”, realizado em 5 de janeiro de 2026, em Votorantim, e mencionou também a realização do VII Workshop FABH-SMT, em 30 de janeiro de 2026, organizado pela FABH-SMT voltado ao apoio para a construção de propostas para financiamento FEHIDRO. Na sequência, comunicou a realização de reunião, em 3 de

fevereiro de 2026, com representantes da Fundação SOS Mata Atlântica para apresentação do Programa Florestas do Futuro. Explicou que o programa conecta áreas aptas à restauração florestal a parceiros financiadores, com meta de restaurar 10 mil hectares em uma década, dentro de potencial estimado em 70 mil hectares. Informou que, na Bacia SMT, os municípios prioritários são Itu, Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Iperó, Botucatu e Capela do Alto, sendo que Araçoiaba da Serra já iniciou tratativas para implantação de projeto-piloto. Em complemento, o Sr. Tiago solicitou apoio dos municípios na identificação e cadastramento de áreas no programa, esclarecendo que, após anuência dos proprietários, o programa garante o plantio e a manutenção das mudas nativas por, no mínimo, 24 meses. Em resposta à indagação da Sra. Rosa Maria Andrade Colicchio, representante do Rotary Club de Sorocaba Novas Gerações, esclareceu que o envio de áreas não se restringe ao poder público, podendo incluir também entidades civis e proprietários particulares. Dando continuidade, a Sra. Júlia apresentou as ações comemorativas do Dia Mundial da Água de 2026, desenvolvidas sob o tema “Água e Gênero”. Mencionou o lançamento do novo sítio eletrônico do comitê, viabilizado por projeto de comunicação do FEHIDRO, campanhas digitais informativas, plantio de mudas após a plenária e divulgação de conteúdos temáticos sobre os mananciais da bacia, a história do Rio Sorocaba e jogo educativo infantil desenvolvido pela Agência. No que se refere ao processo de indicação de projetos ao FEHIDRO para o ciclo de 2026, o Sr. Tiago informou que a FABH-SMT recebeu o registro de 44 propostas, totalizando R\$ 85.400.000,00 em recursos pleiteados, frente à disponibilidade de aproximadamente R\$ 16.000.000,00, para investimentos na UGRHI 10. Esclareceu que a maior concentração de demandas ocorreu no PDC 7 – Drenagem de Eventos Hidrológicos Extremos, com 16 propostas, seguido pelo PDC 3 – Qualidade das Águas, com 9 propostas, e pelo PDC 5 – Gestão da Demanda, com 7 propostas. Acrescentou que os pareceres técnicos estavam em fase de consolidação para posterior publicação nos portais oficiais e envio aos proponentes para complementação, abrindo-se, posteriormente, a avaliação das câmaras técnicas para subsidiar a hierarquização. Adicionalmente, comunicou o recebimento de ofício da SECOFEHIDRO reproduzindo manifestação do Ministério Público acerca de potenciais conflitos de interesse na análise de projetos do fundo. Alertou que representantes com vínculo aos empreendimentos proponentes ficam impedidos de participar da análise e deliberação das respectivas propostas, bem como participar da licitação dos projetos financiados. Finalizando os informes, o Sr. Tiago atualizou a situação dos contratos administrados diretamente pela FABH-SMT. Sobre a Sala de Situação, iniciada em 2019, informou que a defasagem dos valores e a nova diretriz estadual de centralização tornaram inviável sua continuidade, motivando pedido de cancelamento e reaplicação dos saldos. Diante disso, a diretoria formalizou pedido de cancelamento e devolução dos saldos para reaplicação, permanecendo os trâmites em análise. Quanto ao Estudo das Vertentes do Rio Tietê, informou que o projeto foi concluído e que foi encaminhado como base para o programa IntegraBacias do estado de São Paulo e que os documentos gerados estão disponibilizados no sítio eletrônico da

agência. Sobre o Projeto de Comunicação Institucional, executado pela empresa Gibbor Brasil, destacou avanços no novo portal do comitê, produção de informativos periódicos, expansão em mídias digitais e materiais alusivos aos 30 anos do CBH-SMT. Por fim, comunicou que a segunda fase do Projeto de Apoio à Fiscalização e à Análise de Interferências em Recursos Hídricos, em cooperação com SP Águas, atingiu 52% de execução até fevereiro de 2026. Registrou 2.535 pareceres emitidos e apoio a 465 fiscalizações, que identificaram captações sem outorga e geraram demandas de regularização. Concluídos os relatos, o Diretor Técnico agradeceu o empenho integrado dos membros do comitê e do corpo técnico da FABH-SMT. **Informes da Diretoria**, na sequência, o Sr. André apresentou informações sobre o programa IntegraBacias, voltado ao subsídio da elaboração de relatórios e planos integrados de bacias hidrográficas. Destacou propostas de aperfeiçoamento do processo, incluindo mecanismos de apoio à participação de representantes da sociedade civil nas reuniões plenárias e demais instâncias colegiadas. Em seguida, apresentou o Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental da UFSCar, na modalidade de mestrado profissional, destacando sua estrutura voltada a profissionais em atividade e a realização de pesquisas de interesse da gestão de recursos hídricos, inclusive com participação de membros do CBH-SMT. Registrou que o próximo processo seletivo teria início em maio de 2026, com editais de ampla concorrência e voltados a pesquisas de interesse dos comitês de bacia, sendo o programa gratuito e aberto a candidatos de quaisquer áreas de formação. Por fim, convidou os presentes à reflexão sobre a importância da conservação dos recursos hídricos e da sustentabilidade ambiental em alusão ao Dia Mundial da Água. Na sequência, o Sr. Gomes registrou a ausência do Sr. Francisco Moschini em razão de procedimento cirúrgico recente, informando que seu estado de saúde era satisfatório. Comunicou ainda que, desde novembro de 2025, passou a responder também pela gestão do Parque Estadual do Morro Grande, destacando a relevância dessa unidade para a conservação dos recursos hídricos e mananciais da região. Por fim, relatou participação em encontro de planejamento estratégico na Ilha do Cardoso, no qual foram discutidos indicadores de qualidade da água no Estado, ressaltando os resultados positivos observados na região do Alto Sorocaba. Na sequência, o Sr. Quevedo abriu espaço para informes dos representantes do segmento Estado e, não havendo manifestações, franqueou a palavra aos representantes do segmento Municípios para apresentação de informes. A palavra foi cedida para o Sr. Henrique Daniel Leme, prefeito do município de Capela do Alto, que cumprimentou os presentes e convidou os membros a participarem das comemorações do 61º aniversário do município, a serem realizadas entre os dias 26 e 29 de março de 2026. Na sequência, o Sr. Quevedo, na condição de representante de Araçoiaba da Serra, convidou os presentes para as comemorações do aniversário do município, informando a realização de atividades culturais e apresentações musicais gratuitas entre os dias 25 de março e 6 de abril de 2026. Em seguida, o representante do município de Cotia também convidou os presentes para as comemorações dos 170 anos de emancipação do município, com programação comemorativa aberta ao público.

Informes da Sociedade Civil Organizada. Dando continuidade aos informes, a palavra foi concedida à Sra. Viviane Rodrigues de Oliveira, representante da SOS Itupararanga, que apresentou um histórico dos 25 anos de atuação da instituição, integrante do colegiado desde 2003. Relatou que a ONG iniciou suas atividades com mutirões de limpeza na Represa de Itupararanga, ampliando posteriormente sua atuação para ações de educação ambiental, fiscalização e proteção dos recursos hídricos, com desenvolvimento de projetos voltados à formação de jovens, monitoramento ambiental e recolhimento de resíduos eletrônicos. Informou que a aproximação com o CBH-SMT possibilitou a expansão dessas ações por meio de empreendimentos financiados pelo FEHIDRO, incluindo diagnóstico ambiental da APA Itupararanga, produção de materiais educativos, criação de biblioteca digital e apoio à gestão da área protegida. Registrou, ainda, a execução de cinco empreendimentos financiados pelo FEHIDRO, totalizando investimentos superiores a R\$ 8.000.000,00, com destaque para sistemas de tratamento de esgoto em áreas rurais e melhorias de saneamento em unidades escolares. Por fim, apresentou o projeto “Ibiúna, Berço das Águas”, desenvolvido em parceria com a Prefeitura de Ibiúna. Na sequência, a Sra. Ildeia Maria de Souza, representante do PLENU – Instituto Plena Cidadania, manifestou-se sobre a situação dos recursos hídricos na bacia, destacando os impactos das enchentes em Sorocaba, inclusive com vítimas fatais. Registrou apreensão quanto às obras da Marginal Direita do Rio Sorocaba, avaliando que a intervenção pode agravar as inundações, e defendeu o fortalecimento das discussões sobre gestão hídrica no âmbito do Comitê. Também abordou a estrutura institucional da gestão ambiental no Estado, mencionando a incorporação da área ambiental à SEMIL, e apontou que a limitação de recursos humanos em órgãos públicos pode comprometer a efetividade das ações. Por fim, registrou preocupação com a privatização da SABESP e seus possíveis impactos sobre a gestão hídrica e os serviços de saneamento. Finalizando os avisos, a Sra. Lauren Ellen da Silva, representante da ABCON, convidou os membros para a próxima reunião da CT-SAN, agendada para o dia 25 de março às 9h, informando que o encontro anterior não ocorreu em razão das atividades do Dia Mundial da Água e da reunião plenária. Comunicou, ainda, sobre a exposição de uma maquete e de um ensaio “*Jar test*” demonstrando etapas do tratamento de água, convidando os presentes a visitarem o espaço após o encerramento da reunião. **Encerramento.** O Sr. Mário Pires, Prefeito de Ibiúna, convidou os presentes para as comemorações dos 168 anos do município, a serem realizadas nos dias 23 e 24 de março. Registrou ainda, o início do outono e convidou todos para o plantio simbólico de mudas após a reunião. Na sequência, o Sr. Arlito Caires dos Santos, proprietário do Paraty Hotel Fazenda & Spa, agradeceu a presença de todos na reunião do Comitê e colocou o espaço à disposição. Retomando a palavra, o Prefeito registrou agradecimento à equipe municipal pelo apoio na organização do evento. Por fim, o Sr. Quevedo cumprimentou ao Prefeito de Ibiúna e ao Paraty Hotel Fazenda & Spa pela recepção, manifestando preocupação com o déficit orçamentário frente às demandas do FEHIDRO e reforçando a necessidade de revisão dos valores da cobrança pelo uso da água, sem atualização há 16 anos. Ressaltou ainda, a regularização

dos salários com reposição inflacionária da equipe da FABH-SMT, pendente desde 2017, bem como os esforços para compatibilização da remuneração da equipe com a praticada em outras Agências. Também parabenizou a plenária pela expressiva participação, reconheceu os 25 anos de atuação da SOS Itupararanga e, após convidar os presentes para o plantio simbólico de mudas e para o almoço oferecido pelo município, deu por encerrada a 78ª Reunião Plenária Ordinária do CBH-SMT.

Relação dos membros presentes na reunião plenária

Entidade	Segmento	Representante	Titular/ suplente
SP Águas	Estado	Felipe Gobet de Aguiar	Titular
Fundação Florestal	Estado	Waldnir Gomes Moreira	Titular
Sec. De Agricultura e Abastecimento	Estado	José Gustavo Quagliato Pereira	Titular
Sec. De Governo e Relações Institucionais	Estado	Célio Soares de Souza	Titular
SEMIL	Estado	Laura Stela Naliato Perez	Titular
SEMIL	Estado	Nilceia Franchi	Suplente
Alumínio	Município	Ana Paula de Cássia Netto	Titular
Cerquilha	Município	Paulo Roberto Pilon P/ Marcos Antônio da Silva Benati	Titular
São Manuel	Município	Odirlei José Félix	Suplente
Boituva	Município	Edson Marcusso	Titular
Sarapuá	Município	Gustavo de Souza Barros Vieira	Suplente
Ibiúna	Município	Mario Pires de Oliveira Filho	Suplente
Cabreúva	Município	Noemi Bernardes P/ Gláucia Cristiane de Sousa	Suplente
Salto	Município	José Geraldo Garcia P/ Aline Gasparini Hernandes	Titular
Cotia	Município	Wellington Formiga	Suplente
Piedade	Município	Geraldo Pinto de Camargo Filho P/ Alvair Ferreira	Suplente
São Roque	Município	Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo P/ Giovanna Kelly Idalgo	Titular
Sorocaba	Município	Fernando Martins da Costa Neto P/ Edson Thiago Santoro Alves	Titular
Capela do Alto	Município	Henrique Daniel Leme	Suplente
Associação de Engenheiros, Arquitetos de Salto	Sociedade Civil	Paulo Takeyama	Titular
Associação dos Rotary Clubs do Distrito 4621 do Rotary	Sociedade Civil	Eleusa Maria da Silva	Titular
Rotary Club de Sorocaba Novas Gerações	Sociedade Civil	Rosa Maria Andrade Colicchio	Suplente
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Sociedade Civil	Ricardo Alexandre Lieutaud	Titular
Associação Comercial Industrial e Agrícola de Salto	Sociedade Civil	Paulo Takeyama	Suplente

CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Diretoria Regional de Botucatu)	Sociedade Civil	Rafael de Carvalho Pinto	Suplente
CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Sede)	Sociedade Civil	Jorge Rocco	Suplente
ABCON - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Sociedade Civil	Lauren Ellen da Silva	Titular
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público SOS Itupararanga	Sociedade Civil	Viviane Rodrigues de Oliveira	Suplente
PLENU – Instituto Plena Cidadania	Sociedade Civil	Ildeia Maria de Souza	Suplente
FATEC - Faculdade de Tecnologia de Votorantim	Sociedade Civil	Mauro Tomazela	Suplente
AVA - Associação Vuturaty Ambiental	Sociedade Civil	Elzo Savella	Suplente
IPESA – Instituto de Projetos e Pesquisa Socioambientais	Sociedade Civil	Alexandre Rodrigues Dias	Titular
Associação Escola e Cultura em Foco	Sociedade Civil	Marcelo Pereira do Nascimento	Suplente
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba	Sociedade Civil	André Cordeiro Alves dos Santos	Suplente

José Carlos de Quevedo Junior

Presidente do CBH-SMT

André Cordeiro Alves dos Santos

Vice-presidente do CBH-SMT

Laura Stela Naliato Perez

Secretária Executiva do CBH-SMT

Waldnir Gomes Moreira

Secretário Executivo-adjunto do CBH-SMT